

FAMÍLIA, RELATIVISMO CULTURAL E INJUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

FAMILY, CULTURAL RELATIVISM AND SOCIAL INJUSTICE IN THE FIELD OF HUMAN DEVELOPMENT

Fernando Lefèvre ¹

LEFÈVRE, F. Família, Relativismo Cultural e Injustiça Social no Campo do Desenvolvimento Humano. Rev. Bras. Cresc. Des. Hum., São Paulo, IV(1), 1994.

Resumo: Há um grave equívoco subjacente à propaganda a-crítica (e à prática que dela decorre) que se faz hoje do relativismo cultural, que consiste em confundir a perspectiva antropológica que - muito justamente - enterrou definitivamente todas as formas de etnocentrismo e, junto com elas, as idéias nazistas e eugênicas da raça ou cultura superior, com a perspectiva sociológica que - de modo igualmente justo - busca descrever a persistência e, por que não, o incremento da injustiça social. Estas duas perspectivas enfocam aspectos visceralmente distintos da realidade que, se confundidos, dão margem a graves problemas que dificultam e, às vezes, impedem a compreensão adequada do mundo contemporâneo, fazendo com que as pessoas encontrem dificuldades para distinguir, simplificando, padrões culturais de pobreza. Estes equívocos e as confusões deles decorrentes permeiam, também, o campo da família e do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Família, Relativismo cultural, Desenvolvimento Humano, Sociologia, Antropologia.

Summary: Cultural relativism has introduced, in a historical perspective, the bias of setting down one sovereign to immediately glorify another: therefore, the upheaval that has set down from the throne the Swiss adolescent, king until then, to make a monarch of the little Latin American Indian. Radicalization of this stereotyped view of "cultural relativism" introduces a serious error underlying the non critical propaganda of this relativism, an error that confuses anthropological perspectives with sociological ones, the former legitimately burying every manner of etnocentrism, together with every eugenic and nazistic idea of "superior race", and the latter with the emphasizing descriptions of persistence and growth of social injustice.

Radicalization of these stereotyped views of "cultural relativism" may convert exploitation into ethnographic data, sanctifying and translating into "culture" practices which, in fact, express mechanisms of social survival.

Viewing Human Development from this point, therefore, may lead to an approach that makes the distinction between cultural practices and poverty very difficult.

Key-words: Cultural Relativism, Human Development, Sociology, Anthropology.

¹ Professor Doutor da Faculdade de Saúde Pública/USP, Coordenador Científico do Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano - CDH.

END: Av. Dr. Arnaldo. 715 subsolo - sala 21 - São Paulo - SP. CEP 01246-904 - Fone/Fax: (011) 851.3572.

INTRODUÇÃO

“Quase 15 milhões de crianças e adolescentes - um quarto da população infantojuvenil do País - pertencem às famílias indigentes, representando metade do total de 32 milhões de brasileiros que vivem na miséria. Os números são do estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a pedido do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1994).

“...se a criança em seu meio sócio-cultural é capaz de utilizar a linguagem e os instrumentos conforme as características do seu grupo e não consegue aprender os conhecimentos escolares é porque o trabalho educacional não está organizado para atender a diversidade social e cultural das crianças e, assim, para construir com elas novos conhecimentos e habilidades” (WERNER; ESPÍRITO SANTO, 1993).

As ideias acima expressas são interessantes porque permitem introduzir e ilustrar, de modo bastante claro e conciso, um certo modo de ver as coisas do Desenvolvimento Humano, sobre o qual faz-se necessário um posicionamento definido.

Quanto à primeira, qualquer comentário é supérfluo; os dados falam por si mesmo.

Quanto à segunda, é bastante provável que, numa primeira leitura superficial, o leitor - notadamente aquele situado mais “à esquerda” - sinta um movimento de simpatia pelas ideias expostas. Com efeito, no texto, ou mais precisamente, na sua superfície, estão presentes semantismos com os quais todos concordamos: crianças competentes, cínica à pedagogia escolar ~adicional, respeito pela criança, etc..

Mas este movimento de simpatia - que, por certo, anima sinceramente os seus autores e aqueles que comungam das mesmas ideias - não deve inibir nosso senso crítico, impedindo que assinalemos alguns sérios equívocos, que levam - mesmo que isso não seja o desejo de ninguém - a certos impasses teórico-práticos no campo do Desenvolvimento Humano.

Começemos pelo começo:

“...se a criança em seu meio sócio-cultural é capaz de utilizar a linguagem e os instrumentos conforme as características do seu grupo...”

É claro que é possível falar em “meio sócio-cultural” da criança, mas, esta formulação híbrida, a despeito de sua eficiência retórica, é de pouca utilidade prática na medida em que leva a confundir duas realidades, que, como veremos a seguir, merecem ser consideradas separadamente: a sociedade e a cultura, respectivamente

como um “sistema de posições” e um “sistema de opções”.

Da mesma forma, “ser capaz de utilizar a linguagem e os instrumentos (é necessário explicitar o que se entende por ‘instrumentos’ neste contexto) conforme as características do seu grupo” é uma formulação possível mas perigosa, porque, na sua generalidade obscurece a distinção fundamental para o campo do Desenvolvimento Humano (mas nem sempre fácil de ser estabelecida), entre subcódigos e variantes linguísticas próprias de um dado grupo, de um lado, e, para simplificar, “línguas mal faladas” de outro.

“...e não consegue aprender os conhecimentos escolares e porque o trabalho educacional não está organizado para atender a diversidade social e cultural das crianças e, assim, para construir com elas novos conhecimentos e habilidades”.

Se não resta dúvida que, muitas vezes, as crianças não conseguem apreender os conhecimentos escolares por razões pedagógicas ligadas a vários tipos de deficiências na organização curricular e extra curricular de nossas escolas, outras tantas vezes as crianças não conseguem ser bem sucedidas nesta tarefa por problemas que nada têm de pedagógicos, e que estão ligados a todo tipo de conseqüências, no plano cognitivo, dos gravíssimos desníveis sociais presentes na nossa formação social.

De um modo geral, parece absolutamente fundamental para o claro entendimento da problemática em tela, marcar, de modo o mais preciso possível, a distinção entre os processos de diferenciação cultural e de diferenciação social, ambos em curso em nossas famílias e em nossa formação sócio-cultural.

Esta é a temática que se discute a seguir.

O RELATIVISMO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Parece indubitável que o desenvolvimento pode, também como outros campos da praxis humana, ser encarado de uma perspectiva etnocêntrica. Simplificadamente (e deixando de lado o discurso eugénico explícito), a partir de tal perspectiva, dir-se-á que “desenvolvido” é aquele que atingiu determinados patamares biológicos e mentais que fazem dele um ser humano. Tais patamares são, é claro, enunciados como dados universais e naturais, “empurrando-se para baixo do tapete” a mais que incha moda ideia de que tais “seres humanos desenvolvidos” parecem-se, coincidentemente, em tudo, com meninos WASP (sigla que, em inglês, se refere a indivíduos com

atributos de brancos, anglo-saxões e protestantes), ou meninas alemãs, ou adolescentes suíços, ou com seus correspondentes situados abaixo da linha do Equador.

É claro que é possível, ainda hoje, enunciar, a propósito do desenvolvimento humano, discursos forjados nestes moldes, e que tais discursos são efetivamente pronunciados nos vários locais em que a discussão sobre o tema possa ter lugar.

É possível, mas não é de bom tom, notadamente em ambientes instruidor. Com efeito, em função de motivos que não cabe aqui examinar em detalhe, tais discursos, definitivamente, saíram de moda: já há algum tempo o adolescente suíço deixou a cena para que o índiozinho latino-americano ou seus colegas “straat-kinder” pudessem ocupar o seu lugar, brilhando com todo fulgor na arena internacional, carreando status e recursos para os seus inúmeros Suportara nos primeiro, segundo, terceiro e quarto mundos.

É claro que não se trata de recolocar o adolescente suíço de novo no trono, trata-se, muito mais radicalmente, de expulsar o próprio trono da cena da história em geral, e da história do desenvolvimento humano em particular.

A grande conquista da modernidade, por certo, está ligada à idéia da diversidade cultural tomando definitivamente o lugar da uricidade e dos modelos; o que o Humano tem de mais rico é a sua diferença e não a sua semelhança. Por isso, parece tão absurdo considerar um suiçozinho como rei quanto colocar a coroa num curumim brasileiro: nenhum deles merece ser coroado justamente porque a humanidade advém da soma de diferentes e não da subtração de excluídos.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Mas a perspectiva sociológico do problema mostra, de modo insofismável, que na soma que resulta na Humanidade, cada um dos membros somados deve ser igualmente possuidor de Humanidade: a soma de todo e qualquer Homem, independentemente da sua condição social, não resulta em Humanidade porque a injustiça social subtraiu de muitos deles - da maioria, talvez - qualquer condição humana: um índiozinho mexicano, cuja família foi destituída de suas terras e que virou um pequeno elo do tráfico de drogas na Cidade do México, ou uma pequena nordestina de 8 anos que abandonada pela família, virou prostituta em algum garimpo, não contribuem mais para uma soma que resulte em “Humanidade”; não, evidente-

mente, porque sejam seres “primitivos” mas porque foram obrigados a se transformarem em animais para sobreviverem à injustiça social. Considerar, por exemplo, o índiozinho-aficante como membro de uma suposta subcultura “indígena-trafficante” implica em criar um “frankenstein antropossociológico” sob todos os títulos inadmissíveis.

É claro, pois, que levar o relativismo cultural às últimas conseqüências implica em transformar a exploração desumanizadora em dado etnográfico; o que não apenas revela a incompreensão daqueles que realizam esta operação conceitual como fornece um simpático alibi para os exploradores de todo tipo, já que o processo de exploração, denunciado pela que a neodireita chama de “sociologia atrasada de esquerda”, é substituído, magicamente, pela “interação entre os diferentes”, minuciosamente escrutinada por uma “etno-metodologia triunfante” (MINAYO, 1992).

O DESENVOLVIMENTO NUMA FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL CONCRETA

Como entender o Desenvolvimento de crianças e adolescentes reais, que tem lugar num dado contexto familiar, que se insere, por sua vez, numa dada formação sócio-cultural concreta?

Antes de mais nada é preciso entender que as ditas formações e as famílias que nelas vicejam são permeadas por dois processos simultâneos de diferenciação: um processo de diferenciação social e um de diferenciação cultural.

Em muitas sociedades, e na nossa em particular, a diferenciação cultural, falar de progresso em direção à humanização do Homem, coexiste com a diferenciação social, falar de retrocesso, o que dá lugar a um conflito desagregador no Sistema como um todo.

Em uma formação sócio-cultural como a brasileira contemporânea, este conflito reveste-se de tons dramáticos na medida em que somos agudamente e simultaneamente afetados pelos dois processos de diferenciação. Temos, com efeito, uma importante parcela da população vivenciando processos de diferenciação cultural: as mulheres, as minorias sexuais, as diversas subculturas religiosas, os grupos alternativos no campo das práticas de saúde, etc. Mas temos, ao mesmo tempo, uma outra e mais expressiva parcela da população não ou mal escolarizada, vivendo em condições subumanas de habitação, submetida a intenso processo de exploração nas fábricas ou serviços, etc.

Ora, considerar, como se costuma fazer com ligeireza, que o Desenvolvimento Humano implica, simplesmente, em aprendizagem, aquisição e prática de comportamentos adaptativos, leva a considerar como equivalentes os processos adaptativos próprios da diferenciação social, que constituem - no campo dos explorados - aquilo que se convencionou chamar de "estratégias de sobrevivência" (que são sempre condutas passivas associadas que estão a uma relação social de dependência recíproca, que se verifica quando um setor da sociedade opta Por um dado modo de viver que implica, necessariamente, que outro setor perde a capacidade e a possibilidade de efetuar a sua opção) e os processos genuinamente adaptativos de integração cultural.

A criança que aprende - algumas vezes dentro da própria família - a prostituir-se para sobreviver - 0 que é um indicador claro de falência familiar - está adaptando-se mas não se desenvolvendo; está diferenciando-se social mas não culturalmente, salvo se excluirmos qualquer conteúdo de Humanização da noção de diferenciação cultural, confundindo-a, assim, com a de &ferenciação social.

FORMAÇÕES SOCIALMENTE HOMOGÊNEAS E CULTURALMENTE DIFERENCIADAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Em países como o nosso e em campos (no sentido que BOURDIEU (1990) confere ao termo) como o do Desenvolvimento Humano, temos, necessariamente, que direcionar nossa ação tendo como princípios orientadores a homogeneização social e a diferenciação cultural. Caso não adoremos, simultaneamente, estes dois princípios, qualquer trabalho ou conceituação, nesse campo, fica afetada.

As abordagens sócio-centradas

As abordagens, digamos, sócio-centradas podem tender a considerar vinculada ou solidariamente à questão do Desenvolvimento Humano e às questões da injustiça social, da exploração, da relação privilegiados/desprivilegiados. Caso isso aconteça, é possível que seus autores concluam, equivocadamente, que o Desenvolvimento Humano deva ser visto, sobretudo, como um atributo que falta aos desprivilegiados e às suas famílias porque sobra para os privilegiados e para as suas famílias. Isso leva a que se considere a existência de apenas um padrão de desenvolvi-

mento, que é, justamente, o dos privilegiados e de suas famílias, ou seja, o padrão hegemônico. A consequência natural deste enfoque, em termos de curso de ação, seria a de se concentrar as lutas e as reivindicações, basicamente, na democratização da cultura dominante, 0 que é claro, conduz a um extremo empobrecimento do leque de opções culturais. Além disso, tende-se a considerar que tudo o que foge dos padrões da cultura hegemônica só pode ser visto como subcultura ou, no melhor dos casos, como folclore.

As abordagens "culturo-centradas"

Já as abordagens "culturo-centradas" pecam pelo oposto já que, desprezando as desigualdades sociais, tendem a considerar, também equivocadamente, aquilo que chamamos de estratégias passivas de sobrevivência e às produções incompletas dentro de um dado padrão (por exemplo, os textos que são, simplesmente, português, no registro da norma culta, mal escrito) como balizamentos ou performances válidas em termos de Desenvolvimento Humano.

CONCLUSÃO

Por isso, quando estamos em presença de uma formação socialmente heterogênea, fica mais difícil o reconhecimento dos genuínos processos de diferenciação cultural.

Tomemos como um exemplo banal no campo da Saúde: uma mulher brasileira, pertencente às classes sociais subalternos, tem seu filho em casa, sem nenhum tipo de assistência pré-natal, servindo-se, durante sua gestação, parto e puerpério, de práticas precárias de cuidados.

É claro que, neste caso, não se trata de qualquer tipo de "modo natural de ter crianças" mas de uma estratégia passiva de sobrevivência desencadeado como reposta à ausência de acesso a qualquer rede de assistência.

Parece claro então que só podemos falar em padrões diferenciados de Desenvolvimento Humano quando tivermos a possibilidade de optar e quando, para realizar esta opção, não for necessário violentar nem explorar o Outro.

Não há como fugir, portanto, principalmente em países como 0 nosso, do fato de que temos como horizonte, no campo do Desenvolvimento Humano, a luta para que todas as crianças possam ter a possibilidade de se desenvolver num contexto familiar de uma formação sócio-cultural que ofereça um amplo leque de opções culturais.

É preciso constatar, por outro lado, que, em nosso país, estamos ainda longe desta possibilidade, para grande parte de nossas famílias, para as quais ainda é necessário que se façam cumprir os preceitos de documentos legais

como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que postula, para as famílias e para as suas crianças e adolescentes, direitos elementares de cidadania, que lhes assegurem um mínimo de condição humana.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P, *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990. MINISII~RIO DA SA~DE/ FIOCRUZ. Súmula, 47, 1994.
MAMO, M. C. S. *O desafio do conhecimento Pesquisa qualitativa em saúde*. S.P/RJ. HuciteclAbrasco, 1992.

WERNER, J.; ESPIRITO SANTO, K.A. *Desenvolvimento e aprendizagem da criança*. Rev. Bras. Cres. Des. Hum., III(1) 99-110, 1993.

recebido em: 12/05/94
aprovado em: 27/09/94